



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS DE MACAÉ – 11/12/2025

Aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às dez horas, realizou-se, de forma online, a reunião ordinária do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Macaé. Antes do início da gravação em vídeo da reunião, já se encontravam em debate questões relativas à composição da mesa diretora do Conselho, especialmente no que diz respeito ao princípio da paridade entre representantes do Poder Público e da Sociedade Civil. Foi esclarecido que não havia ilegalidade na composição então vigente, tendo sido ressaltado que o entendimento jurídico apresentado pela Procuradoria do Município apontava que a paridade deve ser observada sob o aspecto quantitativo, estando garantida a presença equilibrada de representantes dos dois segmentos. O tema foi submetido ao plenário, tendo sido pactuado, de forma consensual, que eventual vacância de cargos da mesa diretora ensejará imediata convocação de nova votação, garantindo-se a representação do segmento correspondente. Também foi destacado o compromisso coletivo de simplificação dos procedimentos do Conselho, a fim de assegurar maior celeridade e efetividade às deliberações, evitando-se debates excessivamente prolongados que comprometam o avanço das pautas essenciais. Na sequência, ainda antes da gravação, iniciou-se a apreciação da ata da reunião anterior, tendo sido solicitadas correções pontuais pela Conselheira Grazielle, especialmente para registro expresso do questionamento formulado acerca da paridade da mesa diretora e do compromisso assumido pela presidência quanto à devolutiva ao plenário das discussões internas da mesa. As alterações foram acolhidas, ficando ajustado que a ata seria. Em seguida passou a iniciar o debate acerca da reformulação do credenciamento de agentes culturais para o exercício de 2026, com exposição por parte da representante da Secretaria Municipal de Cultura, que apresentou as diretrizes da minuta em elaboração, esclarecendo que se trata ainda de proposta preliminar, sem valor legal, passível de ajustes conforme análise orçamentária e financeira. Foi informado que o novo credenciamento contemplará maior segmentação por vertentes, estilos e formatos, prevendo diferenciação de valores conforme tempo de apresentação e número de integrantes, bem como a inclusão de novas modalidades, como oficinas



31 culturais, curadoria, produção cultural e apresentação de obras audiovisuais, incluindo
32 curta, média e longa-metragem, acompanhadas de mediação cultural sobre o processo
33 criativo e de produção. Durante os debates, conselheiros ressaltaram a importância de
34 ampliar o acesso dos agentes culturais ao credenciamento, destacando a necessidade
35 de inclusão de servidores públicos de outras pastas, à luz de entendimentos adotados
36 em políticas nacionais recentes, bem como a ampliação das linguagens culturais
37 contempladas, incluindo música afro-brasileira, manifestações de matriz africana, artes
38 visuais, fotografia e demais expressões culturais. Também foi discutida a continuidade
39 da política de palco aberto e apresentações não onerosas ao Município como
40 estratégia de formação e ampliação da experiência artística, especialmente para
41 agentes ainda não credenciados. Foi destacado que o credenciamento, embora seja
42 política pública relevante, não esgota todas as possibilidades de fomento cultural,
43 devendo ser complementado por outros editais, ações e programas. Ressaltou-se que,
44 no exercício de 2025, o credenciamento possibilitou investimento direto superior a um
45 milhão e seiscentos mil reais nos agentes culturais do Município, superando a meta
46 inicial prevista, fato que gerou reconhecimento por parte do Chefe do Executivo
47 Municipal e incentivo à ampliação dessa política. No âmbito dos informes, foi
48 comunicada a aprovação do Plano de Aplicação de Recursos da Política Nacional Aldir
49 Blanc – PNAB, aguardando-se a efetiva liberação dos recursos para abertura dos
50 processos administrativos correspondentes, incluindo a contratação de pareceristas e a
51 publicação dos editais de execução de projetos, sendo esclarecido que não haverá
52 modalidade de premiação neste ciclo. Foi ainda manifestada preocupação com a
53 inadimplência de agentes culturais quanto à prestação de contas de recursos oriundos
54 da Lei Paulo Gustavo e da PNAB, alertando-se para o término dos prazos, a necessidade
55 de cumprimento dos cronogramas aprovados e a responsabilização administrativa em
56 caso de omissão, reforçando-se que a Secretaria vem realizando contatos e
57 notificações aos proponentes. Em seguida, o Presidente do Conselho apresentou
58 informe sobre a impossibilidade, até o momento, de realização de reunião da mesa
59 diretora, em razão da intensa agenda institucional dos seus membros, especialmente
60 em decorrência das demandas do calendário cultural de fim de ano, como o Natal



61 Magia, preparativos para o Carnaval e demais compromissos setoriais. Ressaltou-se,
62 contudo, a necessidade de organização administrativa do Conselho, com destaque para
63 a proposta de criação de uma secretaria executiva, a fim de garantir continuidade
64 institucional, organização documental, acompanhamento dos grupos de trabalho e
65 melhoria da comunicação com a sociedade. Foi abordada ainda a importância da
66 comunicação institucional do Conselho, destacando-se a necessidade de criação de
67 canais próprios de divulgação e informação, para além do Diário Oficial, visando
68 ampliar a transparência e o diálogo com a população. Também foi informado sobre o
69 adiamento da realização da Teia Estadual dos Pontos de Cultura, inicialmente prevista
70 para dezembro, que ocorrerá nos dias 26, 27 e 28 de fevereiro de 2026, em Macaé,
71 bem como sobre a realização futura de conferências municipais, estaduais e nacionais
72 de cultura. Nos assuntos gerais, conselheira Grazielle, da cadeira de Patrimônio, com
73 apoio do plenário, que o Conselho encaminhe pedido formal de informações ao Poder
74 Público acerca das intervenções em bens e espaços de relevante valor histórico e
75 patrimonial do Município, incluindo a reforma da Praça Veríssimo de Melo, a situação
76 de monumentos centenários como o obelisco, o coreto, o dragão do lago e o busto de
77 Veríssimo de Melo, bem como informações sobre a reforma do prédio da antiga
78 Primeira Igreja Batista, antigo espaço da biblioteca municipal, e ações previstas para o
79 centenário de Antônio Álvares Parada, cujo período comemorativo se inicia em
80 dezembro de 2025 e se estende até dezembro de 2026. Ao final, foi reforçado o papel
81 do Conselho como instância fiscalizadora, consultiva e propositiva das políticas
82 culturais, bem como a necessidade de planejamento gradual das ações para o biênio
83 2025–2027, considerando a recomposição das cadeiras ainda vagas do colegiado e a
84 continuidade dos trabalhos dos grupos temáticos. Ficou ainda deliberado que as
85 reuniões ordinárias do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Macaé ocorrerão
86 na segunda quinta-feira de cada mês, às 10 horas, preferencialmente de forma online,
87 podendo haver alteração mediante convocação prévia da Presidência ou deliberação
88 do plenário. Restou, desde já, consignado o calendário das próximas reuniões
89 ordinárias, observado o recesso e as agendas institucionais. Nada mais havendo a
90 tratar, a reunião foi encerrada, sendo lavrada a presente ata, que será encaminhada



- 91 aos conselheiros para leitura, manifestação e posterior aprovação em reunião
- 92 subsequente.